

**SENHORA DO CABO: SANTUÁRIO,
CULTO E TURISMO
ENTRE A TRADIÇÃO E A
TRANSFORMAÇÃO**



Santuário do Cabo

***Maria Isabel Roque
Universidade Europeia
Universidade Católica Portuguesa
CIDEHUS – Universidade de Évora***

***Maria João Forte
Universidade Europeia***

Introdução

O tema da luz é transversal a vários domínios religiosos e míticos. Em confronto com as trevas, a luz é o signo do conhecimento. No *Livro do Génesis*, a exortação "Fiat Lux" (Faça-se Luz) provoca a organização do caos, enquanto, no Novo Testamento, a luz primordial é identificada com o Verbo (Jo 1-9), assumindo um sentido idêntico ao que se regista nas mitologias chinesa e indiana, embora estas tendam a especular acerca da oposição entre um deus solar e as forças tenebrosas (Chevalier & Gheerbrant 1990, pp. 585–87). No Antigo Testamento, a luz é referida com o sentido de vida (Sl 36-10) e felicidade (Sl 4-7) concedidas por Deus. Deus é, Ele próprio, associado à luz salvífica, nas palavras de David: "O Senhor é a minha luz e salvação" (Sl 27-1). Este sentido prolonga-se à figura do Filho no Novo Testamento, onde a luz tem um sentido messiânico, enquadrado pela profecia de Isaías – "mudarei diante deles as trevas em luz" (Is 42-6), confirmada pelas palavras de Simeão: "[...] pois os meus olhos já viram a tua salvação, a qual tu preparaste ante a face de todos os povos; luz para revelação aos gentios, e para glória do teu povo de Israel" (Lc 2, 30-32). A analogia criada entre Cristo e a luz fundamenta a simbologia da luz e, por conseguinte, a presença dos círios ou das velas no ritual religioso, seja ela de cariz litúrgico ou devocional.

¹ Nota Biográfica de Maria Isabel Roque - Doutorada em História. Professora Auxiliar na Universidade Europeia – Laureate International Universities e na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Investigadora no CIDEHUS-UÉ - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, na linha "Património e diversidade cultural". É autora e co-autora de livros, capítulos de livros e artigos, e co-editora de catálogos de exposições. Os interesses de investigação cruzam as áreas da história da arte, estudos de museu, turismo cultural e humanidades digitais. orcid.org/0000-0002-2258-8904.

² Nota Biográfica de Maria João Forte - Doutorada em Estudos Portugueses, especialização de Estudos de Cultura. Professora Auxiliar na Universidade Europeia – Laureate International Universities, em Lisboa. É autora e co-autora de livros, capítulos de livros e artigos. Os interesses de investigação incluem as novas tradições no enquadramento das ciências sociais aplicadas ao turismo cultural, incluindo os hábitos alimentares e o calendário das festas, enquanto atracções turísticas e património intangível.

"Círio" era a designação que se dava à "tocha grande de cera" (Bluteau & Silva, 1789, pp. 276) que os devotos levavam nas procissões e, por extensão, passou a designar também a "Festa de romagem para levar o Círio a algum Santo" (*Id., ibid.*). O círio é transportado pelo grupo de peregrinos e é depositado sobre o altar da Virgem (Dias, 1956, p. 617); comumente ornamentado com motivos alusivos à peregrinação, representa simbolicamente toda a comunidade envolvida no culto, pelo que a designação se estendeu ao próprio "acto de conduzir a um determinado sitio" (Freire, 1926, p. 15).

Os círios são peregrinações anuais e colectivas de fiéis de uma determinada localidade, previamente fixada, que se deslocam a um santuário segundo um ritual próprio (cf. Penteado, 1998). Integram-se, assim, no fenómeno universal das peregrinações (Chélini & Branthomme, 2008), implicando a deslocação a um espaço sagrado, com uma motivação espiritual, invocativa ou gratulatória. Acerca do Círio do Cabo, Pinho Leal confirma que "ao principio, todas as romarias eram annuaes, e cada uma tinha uma grande tocha (*cirio*) que accendia durante a sua festa. É por isso que a estas romarias se dá o nome de *cirios*" (Leal, 1873, p. 136).

A origem dos círios em Portugal remonta ao século XVI, ainda que a designação só tenha surgido no século XVIII, sendo que Frei Agostinho de Santa Maria já os refere no *Santuário Mariano* (Santa-Maria, 1707, pp. 85 e 139-140).

Embora se registem noutras zonas do país, os círios concentram-se na região estremenha. Leite de Vasconcelos (1985) refere o rio Tejo como a linha que demarca, na margem direita, o da Nossa Senhora da Nazaré e, na esquerda, o da Senhora do Cabo, ambos obedecendo a um percurso de freguesia em freguesia:

[...] um círio um ano por um povo e no outro por outro; o que celebra numa, entrega a bandeira, que tem pregada a imagem de papel, ao que vai celebrar na seguinte. Há de cada vez dois círios: da freguesia que leva a bandeira ao santuário e a entrega; da freguesia que a recebe e a conduz à igreja. São, portanto, duas espécies: em giro e anuais. (Vasconcelos, 1985, p. 310)

O Círio de Nossa Senhora do Cabo designa a peregrinação que, desde o século XV, é efectuada pelas comunidades rurais nas imediações de Lisboa para o santuário mariano no Cabo Espichel.

Neste estudo, pretende-se descrever a evolução da tradição deste Círio e da devoção a Nossa Senhora do Cabo, através da documentação e estudos existentes, e avaliar o seu impacto na sociedade contemporânea, observando a forma como, na actualidade, as comunidades e os indivíduos reagem à prática deste culto, como o percebem e vivenciam e, também, como o aproveitam e lhe adicionam outras práticas, entre o sagrado e o profano. O estudo assenta num método qualitativo e descritivo, substancialmente baseado numa revisão de literatura, complementada com entrevistas não estruturadas aos peregrinos e observações participantes das manifestações externas do culto e da forma como as populações vivenciam estes fenómenos e aos habitantes, efectuadas desde 2015.

A Biblioteca Nacional de Portugal conserva o manuscrito *Memórias sobre a Antiquidade das Romarias, e da Romaria ao Sítio de Nossa Senhora do Cabo*, de provável autoria de Francisco Ildefonso dos Santos e datado de ca. 1857, o qual constitui uma fonte primária, ainda que tardia, para este tema e a que se associa a *Memória da Prodigiosa Imagem de Nossa Senhora do Cabo*, de Frei Cláudio da Conceição. Frei Agostinho de Santa Maria, no tomo II, livro. da obra *Santuário Mariano*, consagra-lhe o capítulo "Da milagrosa Imagem de nossa Senhora do Cabo" (pp. 474-479). Na segunda metade do século XVIII, altura em que os círios ganhavam um novo fôlego, Ribeiro Guimarães (1872, pp. 194–215), Pinho Leal (1873, pp. 135–40) e Piedade e Costa (1899), embora muito subsidiários dos textos anteriores, fizeram descrições detalhadas acerca do culto prestado à Senhora do Cabo e do seu santuário. O santuário e o círio têm vindo a ser exaustivamente estudados e divulgados por Heitor Baptista Pato, a partir de fontes documentais, mas também de referências literárias e jornalísticas e de que se cita, como principal referência, a obra *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim* (Pato 2008). O trabalho de investigação documental e de terreno desenvolvido por Vasco Valadares Teixeira (1993) acerca dos círios da Estremadura fornece uma informação antropológica relevante acerca do círio do Cabo. Mais recentemente, Luís Marques (2007) elabora um exaustivo trabalho de síntese e de enquadramento teórico acerca do tema, a que

anexa uma alargada componente iconográfica, com fotos de arquivo e registos do autor. Os estudos de Pedro Penteado (1998), embora incidam sobretudo sobre o santuário de Nossa Senhora da Nazaré e o círio da Prata Grande que aí ocorre, constituem, por seu turno, uma imprescindível análise acerca das origens, motivações e desenvolvimento dos círios e das suas expressões rituais e devocionais.

1. História

1.1. Lenda da Senhora do Cabo e as origens do culto

A origem desta peregrinação é evocada nas narrativas inscritas nas lendas relativas a um acontecimento extraordinário ocorrido no início do reinado de D. João I, as quais imprimem uma marca etiológica à prática cultural. Analisadas no seu conjunto, é possível detectar elementos comuns: uma luminosidade intensa, ou uma aparição da Virgem, só ou com o Menino ao colo, montada numa mula, no promontório inóspito e desabitado, aonde acorrem indivíduos oriundos de localidades situadas no termo da capital.



Figura 1: Nossa Senhora do Cabo.

Água-forte.

Insc.: N. S.^a do Cabo / Virgem Maria defendei dos prigos aos que navegão sobre Angras do Mar. // Peyssoneau, Rua Nova do Almada 45 Lx

No *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria, a lenda da aparição é associada às pegadas inscritas na pedra das falésias do promontório onde se ergue o santuário:

[...] afirmão que a Senhora apparecèra na praya que lhe fica em baixo da mesma penha, aonde se edificou a Ermidinha, & que apparecèra sobre hu[m]a jumentinha, & que esta subira pela rocha assima, & que ao subir hia firmando as mãos, & os pès na mesma rocha, deixando impressos nella os vestigios das mãos, & pès [...].
(1707, p. 474)

Estas marcas correspondem a uma jazida de icnofósseis do período Jurássico superior (\pm 150 M. a.), nomeadamente, vários conjuntos de trilhos deixados por dinossáurios saurópodes e terópodes (Lockley, Meyer & Santos, 1994), mas que, sendo conhecidas desde o século XIII, foram interpretados como as pegadas da *mua* (termo que, em português arcaico, designava mula ou jumenta) que transportava a Virgem.

O códice atribuído a Francisco Ildefonso dos Santos refere duas tradições acerca do aparecimento da Virgem, sendo que "a primeira he a que escrevêo Fr. Agostinho de S. Maria, no seu Sanctuario Mariano" (1857, vol. 11). A segunda relata os sonhos prodigiosos de "um ditoso Velho da Freguesia de Alcabedeche" (*id.*, p. 20) e de uma mulher³ que se apresenta como sendo também "de idade já bem avançada" e "do lugar de Caparica" (*id.*, p. 22), em que ambos viam uma "luz sempre fixa sobre o Promontório do Cabo" (*id.*, *ibid.*). Tendo, cada um por si, decidido ir ao encontro da luz, encontraram-se e dirigiram-se juntos ao promontório; ao cair da noite, decidiram descansar, mas o velho não resistiu a continuar e "levantando-se, divisa a mesma luz, que tanto o maravillára no principio, mas agora ainda maior e mais brilhante como a mais bella estrêla" (*id.*, p. 23). Chamou a mulher e "Ella chegando reconhece igualmente aquella misteriosa luz" (*id.*, *ibid.*). Ao chegarem ao Cabo, "à vista da Luz mais pura, e da claridade mais perfeita", vêem "a Imagem da Santissima Virgem com

³ A confirmação de um sonho prodigioso por uma outra testemunha não é inédita: também na lenda de Santa Maria das Neves, a visão da Virgem foi partilhada pelo patrício João e mulher e pelo papa Libério.

o Menino Jesus nos braços [...] junto a hum escarpado rochedo, e alta penedia que dava sobre o mar" (*id.*, p. 24).

Frei Cláudio da Conceição, num texto repleto de alusões bíblicas, associa a visão da luz à visão mosaica da sarça ardente: "como Moisés, quando o Senhor lhe appareceu em Madian do meio da Çarça, que ardia sem se consummir" (1817, p. 13). Posteriormente, depois de ter encontrado uma mulher da Caparica que tivera o mesmo sonho, o homem dirigiu-se ao Cabo Espichel onde "vê acordado, o que gozou dormindo: vê a Luz mais pura, goza da claridade mais perfeita. Sim, vê a Prodigiosa Imagem da Mãi de Deos" (*id.*, p. 15), pelo que, de imediato, "se prostra junto a ella reverente [...]; e conhecendo ser vontade de Deos, que se desse Culto á sua Santissima Mãi naquelle lugar retirado, na solidão do deserto assim o prometem, e se tem praticado até ao presente" (*id.*, pp. 15-16).

Outra variante desta lenda, relaciona esta visão, tida por um casal de anciãos, a uma outra, datada do século XIII, relativa à aparição e milagre ocorridos na Arrábida: "Tudo leva a crêr que a Mão mysteriosa da Providencia tivesse preparado um tal acontecimento, bem como os acontecimentos posteriores" (Costa 1899, p. 10). Segundo esta lenda, um barco em perigo no meio de uma tempestade teria sido salvo por intermédio de uma imagem da Virgem a quem os marinheiros rezavam, tendo o milagre da súbita bonança sido assinalado por uma luz intensa no alto da falésia e proveniente da imagem da Virgem, que subia agora o promontório montada numa mula: "Sabe-se que a Serra da Arrabida foi miraculosamente illuminada pelo clarão da luz extraordinaria [...] na noite em que a Imagem de Nossa Senhora da Arrabida salvou os navegantes [...]" (Costa 1899, p. 10).

As referências à aparição da Virgem determinam a ocorrência das várias designações: de Nossa Senhora do Cabo, em referência ao local da aparição; de Nossa Senhora da Pedra da Mua, ou mula, remetendo para o animal que a Virgem montava; do termo de Lisboa ou dos Saloios, em alusão à origem dos peregrinos. Para além destas designações, encontramos ainda a de Círio Real, apontando para a presença de monarcas e respectivas dádivas, e a do Círio do Bodo, remetendo para a refeição colectiva que fazia parte da festa. Manuel Gandra (2004) defende que a designação Pedra da Mua constitui uma ressonância do nome arcaico *mu* para designar um continente perdido, constituindo, por isso, uma alusão à Atlântida, o que estaria

justificaria a iconografia do dilúvio universal em dois painéis de azulejo na matriz do Monte da Caparica. Paulo Pereira (2004) relaciona os topónimos com radical em *mu* com elevações, montanhas ou penhascos.

O culto a Nossa Senhora do Cabo remonta a meados do século XIV (Pato, 2007, 2008). No entanto, este lugar, um promontório virado a ocidente, num espaço limítrofe entre a terra e o mar, constitui o centro de sucessivas referências culturais que remontam à época pré-histórica (cfr. Manuel *et al.* 2009). No promontório entre a vila de Sesimbra e o cabo Espichel, existem grutas de diferentes morfologias, onde têm sido encontrados vestígios de rituais nas grutas desde os primórdios do Neolítico (Manuel *et al.* 2009). Consubstancia-se, aqui, o conceito de lugar sacralizado, cosmológico e hierofânico, ao mesmo tempo que se inscreve no modelo de uma imaginária Atlântida enunciada por Platão e recorrente no pensamento mitológico ocidental (P. Pereira 2004; Gandra 2004).

A ocupação das grutas, entre os séculos VI a VII, documenta a presença de monges anacoretas do período visigótico, cujo modelo de ocupação territorial se manteve activo nos séculos seguintes, já durante a ocupação árabe (Carvalho 2009) e pode indiciar os primórdios do culto mariano no território (Álvaro 2010, p. 27). Nos séculos IX e X, formaram-se, nesta zona, cenóbios-fortaleza, ou morábitos (em Árabe, *al-râbita*, convento fortificado para guardar fronteiras) (Carvalho, 2009). Estes cenóbios, também designados como cubas, eram construções de pequenas dimensões, de forma cúbica e cobertura de meia esfera, sendo particularmente comuns em zonas costeiras. Na Lapa do Fumo, situada a meia encosta das escarpas entre Sesimbra e o Cabo Espichel, foram encontradas moedas árabes datadas do século XII, que parece terem sido deposições votivas (P. Pereira 2004, p. 116). A sua presença nesta zona indicia cultos e rituais, incluindo cortejos processionais que, cristianizados, poderão estar na origem da peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora do Cabo. Assim sendo, considerando a presença moçárabe em regiões próximas de Lisboa, após a conquista da cidade em 1147, o culto cristão com peregrinação remonta aos últimos tempos da ocupação muçulmana.

A continuidade cronológica do culto que aqui se regista estende-se à Estremadura, abrangendo as duas margens do Tejo (Pato 2008), ou, como esclarece Borges Coelho (1994), o território compreendido entre a península de Setúbal e

Santarém, incluindo Almada, Palmela, Alcácer, Lisboa e Sintra. Uma das marcas identitárias associada a este território é o carácter específico das peregrinações enquadradas, a norte, pelo Círio de Nossa Senhora da Nazaré e, a sul, pelo Círio de Nossa Senhora do Cabo.

Sabendo como os "cabos do mundo" são fundamentais referências religiosas das comunidades e demarcam o espaço sagrado (interior) do profano (exterior), o espaço dominado do espaço desconhecido, assim se poderá dar todo o significado de instauração de uma fronteira protectora, ou de delimitação dos limites da "sua terra", a estes dois pontos [...].
(Fernandes e Janeiro 1991, p. 19)

São, por conseguinte, estes os factores que definem a fisionomia cultural do Cabo Espichel: por um lado, a continuidade da utilização religiosa, num processo de assimilações e adaptações sucessivas; por outro, a integração num território que, genericamente, coincide com a região da Estremadura.

1.2.Santuário do Cabo

No século XIV, uma primitiva ermida assinalava o presumível lugar da aparição da Virgem, sendo já noticiada como lugar de romaria.

Corria o anno de 1390, quando ElRei D. João 1.º fez merce a Diogo Mendes de Vasconcellos, da Commenda de Cezimbra, este vendo por alguns anos, a concorrência de muitos Povos àquella Ermida, que está no terreno da sua Commenda, e pela muita amizade, e conhecimento que tinha do bom viver dos Religiosos Carmelitas de Lisboa, lhes rogou fossem habitar aquelle sitio, e servissem a Ermida de Santa Maria da Pedra de Mua [...] e que para sua subsistencia lhes fazia doação de todo aquelle terreno [...]. Foi feita esta doação no anno de 1414. Mas os Religiosos que para alli foraõ, não podendo sopportar os rigores do tempo, e a solidão do sito, protestaraõ pela sua saude e o desampararaõ. (Santos 1857, pp. 30–31)

Com o sítio novamente ao abandono, "o dito Commendador recorreo aos Padres Religiozos de S. Domingos de Bemfica [...], para que fossem habitar naquele santo Logar, e assentindo a isso os ditos Padres com grande satisfação do Commendador, este logo lhes passou Carta de doação, que foi feita aos dezoito dias de Novembro de 1428" (Santos 1857, p. 31). Contudo, também estes, acabaram por abandonar o lugar "e desampararaõ a Ermida, protestando pela sua saude, por causa do rigor do clima, e asperesa do Logar" (Santos 1857, p. 31). Assim, "Vagando a Commenda de Cezimbra para a Corôa, ficou o terreno della pertencendo à Camera daquela Villa, a qual tomou a si a administração da Ermida de N. Senhora, com o titulo da Senhora da Pedra de Mua" (Santos 1857, p. 31). No século seguinte, o santuário compreendia já, além da ermida, uma igreja e as hospedarias construídas, pelos romeiros e confrarias, sem planeamento, mas dispostas num círculo quase fechado.

Em 1550, D. João de Lencastre Portugal, 1.º Duque de Aveiro e Mestre das Ordens de Santiago e de Aviz, solicitou à Câmara a cedência da "Ermida, e tudo quanto a ella era anexo" (Santos 1857, p. 33). O padroado da ermida passou, assim, para a Casa dos Duques de Aveiro, que já possuíam extensas propriedades na região, assumindo a obrigação de apresentar um padre como ermitão. Após a Restauração da Independência, em 1640, o padroado da ermida passou para a Casa do Infantado.

Instituida a grande Caza do Infantado, se lhe foi unindo muitas Commendas vagas, e huma dellas foi a de Cezimbra com o territorio que lhe competia, e neste territorio passou a Ermida de N. Senhora do Cabo a ser administrada por esta Real Caza, que muito a engrandecêo, fazendo novo templo sumptuoso, e rico em marmores, e ornando-o de preciosas alfaias; novas accomodações para os Romeiros, encanamento de boa agoa, orta, jardim, e passeio, todo promptificado para o Cirio do Termo gozar. (Santos 1857, p. 34)

No início do século XVIII, a construção de uma nova igreja marca o início de uma campanha de obras que abrangeram todo o santuário, dando-lhe a configuração actual de planta em U, aberta a oriente.



Figura 2: Santuário do Cabo

Frente à igreja, localizada no topo ocidental, abre-se um amplo terreiro, enquadrado lateralmente pelas hospedarias e com cruzeiro no lado oposto. Posteriormente, noutra campanha de obras entre 1670 e 1770, altura em que o rei D. José era juiz da Irmandade, foram melhoradas as zonas de serviços, com a construção, no topo oeste da ala norte, de cozinhas, casas do forno e da lenha e cavalariças. Em 1770, foi construída a mãe de água, decorada com azulejos da Fábrica de Belém, no termo de um aqueduto e inserida no cercado, cuja rega era assegurada por tanques anexos, criando um complexo ajardinado essencialmente destinado a recreio. Na mesma altura, o cário de Lisboa mandou fazer a "casa da ópera", um pequeno teatro com cenários, bastidores e camarins, mas que, actualmente, se encontra em ruínas.

1.2.1. Ermida da Memória

O lugar da descoberta da imagem de Nossa Senhora do Cabo foi, desde o início, assinalado como espaço hierofânico:

[Os ditosos velhos] trataraõ de arranjar hum pequeno vaõ em forma de Ermida, ajuntando muitas pedras soltas, que por alli havia, e pondo humas sobre outras para formar paredes, deixando huma das maiores no centro para servir de altar, e nella collocáraõ a santa Imagem, tendo coberto aquelle vaõ com muitos ramos de alecrim, que naquelles matos abundava, e o altar, das mesmas plantas aromaticas, em que tantos tempos estivera escondida aquella preciosa Joia, simulacro da Mãi de Deos. (Santos 1857, p. 26)



Figura 3: Ermida da Memória

Posteriormente, já durante o século XV, no extremo poente do santuário, sobranceiro às escarpas do Cabo Espichel, ergueu-se um pequeno templo, assinalando o lugar presumível da aparição aos dois velhos de Alcabideche e da Caparica, segundo algumas versões da lenda, ou onde a imagem da Virgem terá sido encontrada e onde foi depositada. "Fez-se uma Ermida, e nella se colocou a Santa Imagem, deixando sempre memoria daquella que os felizes descobridores tinhaõ feito no mesmo lugar onde a mesma Santa Imagem tinha aparecido." (Santos 1857, p. 30) Este foi o primeiro templo "em que primeiro [a milagrosa imagem] foi

venerada até que se trasladou a outra maior, e desta à magnífica Igreja em que hoje existe, no anno de 1707" (*id.*, p. 61).

A Ermida da Memória, com planta quadrangular e coberta por um domo cego de remate agudo, segue a arquitectura dos primitivos morabitos, ou cubas. As fachadas são rebocadas e pintadas de branco, abrindo-se na principal, virada a ocidente, o portal e, nas laterais, vãos moldurados, actualmente fechados. No interior, com as paredes igualmente rebocadas e pintadas de branco e cobertura em falsa abóbada de berço de estuque, destaca-se o silhar com dez painéis de azulejos azul e branco, historiados e com molduras de concheados. Representam-se, nestes painéis, cenas relativas à lenda e ao culto de Nossa Senhora do Cabo e à construção da igreja e hospedarias, cujos temas são descritos nas legendas inscritas em cartelas seguras por anjinhos. "No historial pintado nesses lambris, os predominantes elementos míticos fundem-se com alguns factos, estabelecendo-se uma linearidade entre a lenda e os acontecimentos reais (existência dos icnofósseis, a Ermida da Memória, a edificação do Cabo Espichel, etc.)." (Marques 2007, p. 37) A contextualização do local é feita através do promontório escarpado e do fortim, presentes em todos os painéis.

No primeiro, "Sonhão dous venturosos / velhos q[eu] apparecia a S[enho]ra / n'este mesmo logar", representa-se o sonho do casal de velhos, vendo-se, em segundo plano, um casario saloio, atrás do qual se ergue o promontório onde aparece a Virgem com o Menino.

No segundo, "Poem-se a cam[inh]o p[ar]a se certificar / da ver[da]de: aonde se encontram / e comunicação entre si os sonhos", as duas figuras, arrimadas a um bordão, caminham em direcção ao promontório.

No terceiro, "Chegando aeste Sitio vem / com admiração sobir a / S[enho]ra pela Rocha", os dois velhos, no topo do promontório, prostram-se face ao milagre da Virgem que sobe a rocha, montada numa mula e ladeada por anjos; na escarpa da rocha, estão marcadas as pegadas do animal.

No quarto, "Publicada por elles / a maravilha vem outros em sua / comp[anhi]a p[ar]a adm[irare]m o prodigio", um cortejo de gente simples sobe ao promontório, onde testemunham o milagre da aparição, em atitudes de espanto ou de veneração.



Figura 4: Aparição da Senhora do Cabo (painel 4). Painel de azulejo azul e branco, século XVIII

No quinto, "Edeficase esta ermi/dinha pa[ra] os primey/ros cultos", representa-se esta ermida, na forma que mantém actualmente.

No sexto, "Com acon[co]rrencia das g[en]tes se / fabrica outra, no lugar / em q[ue] hoje se vê a majesto=/sa Igr[e]ja", está registada a construção de uma pequena e anacrónica igreja setecentista, de estrutura simples de nave única, com as paredes ainda a meia altura, e abside já concluída.

No sétimo, "Forma dest[e] Arra=/al daquelles pri=/meyros tempos", é retratada a enorme azáfama no terreiro, com os peregrinos a montar as tendas, outros que chegam a cavalo, vendo-se, ao centro em repouso, um carro e os bois usados no transporte.

No oitavo, "Dase princi[pi]o á ma/gestoza Igr[e]ja, em q[ue] ao / pr[sen]te se venera no ano / de 1707", representa-se a construção da igreja e respectivo estaleiro, enquanto, no nono, "Fazse o novo Arraial", se regista a construção das hospedarias. Ambos os painéis ilustram as técnicas construtivas da época.

No décimo e último, "Entradas de festey[ros] no / novo Arraial", assiste-se à chegada do Círio ao arraial, com peregrinos a pé e a cavalo, um deles a empunhar a bandeira; a dominar a composição, encontra-se a igreja rigorosa e pormenorizadamente desenhada.

Completam este ciclo azulejar, duas figuras de convite, à entrada da ermida, representando São Francisco de Assis e Santo Antão. No exterior, na fachada lateral sul, encontram-se dois painéis, muito danificados, igualmente datáveis de ca. 1750,

com a representação de dois romeiros enquadrados por molduras rococó. Num destes, uma filacteria com a inscrição "A saeculo non est auditum / Joah[nis] Cap.9 p. 32." (Ninguém jamais ouviu [que os olhos de um cego de nascença tivessem sido abertos]) alude ao prodígio da aparição.

1.2.2. Igreja de Nossa Senhora do Cabo

A ermida tornou-se, quase de imediato, demasiado pequena para acolher os peregrinos, pelo que logo em 1414, Diogo Mendes de Vasconcelos mandou construir uma "Caza para a Senhora, e accomodações para os Religiosos Carmelitas, a quem tinha oferecido aquelle Sitio" (Santos 1857, p. 53). Em 1491, foi construída uma nova igreja "feita pelos Povos das Freguezias do Termo, antes de se formarem os Giros, e devia estar isolada porque era costume, quando entravão os Cirios, rodear o Templo trez vezes antes de entrar" (*id., ibid.*). Em 1514, o Mestre da Ordem de Santiago, em visita ao santuário, ordenou a execução de novos retábulos para o altar-mor e colaterais, de que apenas subsistem duas tábuas representando Santo António de Lisboa e São Tiago Maior, atribuídas ao chamado Mestre da Lourinhã e integrariam o antigo retábulo (Serrão e Serrão 1997, p. 125), ou uma provável charola em torno da imagem da Virgem (F. A. B. Pereira 2014, p. 120). As visitas de Sesimbra dão notícia, em 1516, de um pequeno retábulo com a representação dos Reis Magos (Serrão e Serrão 1997, p. 124). Paulo Pereira reconhece aqui:

[...] um programa que se adequa à função de peregrinação, com a figuração provável de Nossa Senhora *dos Reis* – em relação com Belém, que fazia parte dos «círios» do Cabo – e [...] de São Tiago, como lembrança de outra peregrinação mítica (Compostela) de que esta parece ser emulação, ou, mais do que isso, constituindo um verdadeiro paralelismo, no sentido literal e figurado. (P. Pereira 2004, p. 123)

Considerando os estragos provocados pelo tempo e a falta de condições para acolher o culto crescente, a Casa do Infantado ordenou a sua demolição e construção de uma nova igreja "em terreno mais seguro e central" (Santos 1857, p. 53).



Figura 5: Igreja de Nossa Senhora do Cabo

A actual igreja, de feição maneirista, estilo chão, construída entre 1701 e 1707, é atribuída ao traço de João Antunes, arquitecto régio e, na altura, também da Casa do Infantado, provavelmente, por iniciativa do próprio rei D. Pedro II, muito devoto de Nossa Senhora do Cabo (Serrão e Serrão 1997, p. 122), ou do seu filho, o infante D. Francisco de Bragança, Senhor do Infantado e provedor da Irmandade da Senhora do Cabo. No entanto, a inscrição colocada sobre a porta principal da igreja afirma que a construção se fez a expensas dos fiéis: "NO ANNO DE 1701 SE COMEÇOV ESTA IGREJA DA SENHORA DO CABO DAS ESMOLAS DOS DEVOTOS EEM 16 DE IVLLO DE 1707 SET[E]RSLADOV A SENHORA". Também a atribuição a João Antunes não é consensual. "É certo que no risco arquitectónico não se atesta a habitual concepção erudita e barroquista de mestre João Antunes (*act.* 1665-1712), pelo que esta encomenda da Casa do Infantado surge mais alinhada com a tradicional fórmula seca dos estilos maneiristas típicos do «estilo chão» [...]" (Serrão e Serrão 1997, pp. 123–24).

A igreja apresenta planta rectangular, composta por nave única e abside. A nave tem as paredes revestidas a mármore branco e vermelho, criando um jogo rítmico de forte impacto visual, com quatro capelas laterais inter-comunicantes em cada uma das laterais e duas no topo a ladear o arco triunfal, nas quais se inserem

retábulos de talha policroma e dourada. Os retábulos, de mão vária, foram executados entre 1718 e 1722, a expensas dos vários círios, tendo sido reformulados em 1770, o que lhes conferiu uma maior uniformidade estilística no âmbito do barroco joanino. Nas laterais da nave, ao centro, erguem-se dois púlpitos também em talha.

Ao nível do segundo registo, apresentam-se, sobre as capelas, dez painéis emoldurados com pinturas a óleo sobre tela, figurando cenas da vida da Virgem: do lado do Evangelho, o Menino entre os Doutores, a Fuga para o Egipto, a Circuncisão, o Nascimento da Virgem e a Aparição de Cristo à Virgem; e, do lado da Epístola, a Assunção da Virgem, a Coroação, o Triunfo, a Agonia e a Morte da Virgem.

A capela-mor tem cobertura em falsa abóbada de aresta, a qual está pintada com motivos de simbologia Mariana no enquadramento de ampla cartela com firmamento, coroa, estrela de seis pontas e a inscrição "AVE MARIS STELLA". As paredes são seccionadas em três registos. No silhar inferior, corre silhar de azulejos azuis e brancos, datáveis de *ca.* 1730, com motivos vegetalistas e temática mariana identificada por inscrições em cartelas de volutas. No segundo registo, no lado do Evangelho, completa-se o ciclo da vida da Virgem com as representações da Adoração dos Magos, da Natividade e da Apresentação no Templo. Estas pinturas a óleo sobre tela terão sido feitas por volta de 1730 e por autor não identificado, embora sejam, eventualmente, atribuídas ao pintor Lourenço da Cunha. No lado da Epístola, ocupando toda a largura da parede, ergue-se a tribuna real, feita também, provavelmente, em 1730, ao mesmo tempo da reforma dos retábulos da nave. No último registo, pinturas murais enquadram janela das laterais.

Sobre o altar, paralelepipedico e com frontal de cantaria, ergue-se o retábulo de estilo nacional, em talha policroma de marmoreados, com quatro colunas torsas, assentes em mísulas e com capitéis coríntios, prolongando-se em quatro arquivoltas interrompidas, no fecho, pelo brasão com as armas reais. Ao centro, abre-se a tribuna com o trono, onde se encontra colocada a maquina com a imagem de Nossa Senhora do Cabo, sobre estrutura de talha dourada, integrando, ao centro, o sacrário. "Esta prodigiosa Imagem está em pé, e sustenta o Menino Jesus no braço esquerdo, e com a mão o une ao peito, enquanto que com a direita segura seu manto". (Santos 1857, p. 59) A primitiva da Senhora é a primitiva imagem da Ermida

da Memória, de onde, em 1707, foi solenemente trasladada para a nova igreja, onde se encontra inserida numa maquete de prata oferecida pelo círio de Lisboa em 1680.

Em 1740, D. João V encomendou a pintura afresco da cobertura da nave, representando a Assunção da Virgem, ao pintor Lourenço da Cunha, constituindo a única que lhe sobreviveu. Em 1770, devido aos estragos provocados pelo Terramoto de 1755 na nave da igreja, foi mandada repintar a José António Narciso (Serrão e Serrão 1997) por encomenda e a expensas do rei D. José I. O recente restauro (Junqueira, p. 220, 2002) permitiu avaliar os repintes de José António Narciso, nas laterais, se limitou a reforçar algumas partes, acrescentando quadraturas sobre o original, mas que fez toda a zona central, de que apenas manteve o tema; as figuras das Virtudes, na banda baixa da abóbada, constituem a única faixa inalterada da pintura de Lourenço da Cunha. Trata-se de uma pintura de acentuado efeito ilusionístico, ao gosto barroco já na transição para o rococó, com um enquadramento arquitectónico perspectivado, abrindo sobre o espaço transcendente do céu luminoso, de tonalidades douradas onde se representa o tema triunfante e glorioso da Assunção da Virgem, acompanhada por uma corte de anjos, que acentuam o dinamismo ascendente de toda a composição. O tema, comum nas pinturas ilusionísticas dos tetos em espaços religiosos por permitir uma abertura elevada para os céus, estava também em conformidade com o espírito Tridentino na defesa do culto mariano.

1.2.3. Hospedarias

A campanha de obras no início do século XVIII incluiu as hospedarias desordenadas no terreiro face à igreja, sendo também chamado o arquitecto João Antunes para proceder à definição do espaço e normalização da arquitectura. Foram mandadas fazer novas casas, com lojas e sobrados, cuja construção se iniciou em 1715, substituindo as anteriores, tendo avançado gradualmente. Entre 1745 e 1760, em resposta à progressiva popularidade do círio e consequente afluência deromeiros, atingiu a dimensão actual. Neste período, o mestre pedreiro João Jorge terá sido o responsável por grande parte da construção (Serrão e Serrão 1997, p.

121). Em 1794, foi ampliada a ala norte, resultando num prolongamento maior em relação à ala sul e, por conseguinte, formando uma planta em U desigual.

As actuais hospedarias encontram-se simetricamente dispostas, em duas alas perpendiculares à igreja, formando uma ampla praça rectangular. "A arcaria que corre ao lado dos dois espaços consegue, sem recorrer a arranjos construtivos de perfil erudito, e utilizando antes processos de construção saloios (cobertura de quatro águas, etc.) imprimir ao conjunto do arraial [...] uma monumentalidade atingida por caminhos pouco comuns." (Serrão e Serrão 1997, p. 121) O topo oriental no eixo da igreja é aberto, erguendo-se, ao centro, um cruzeiro. Os edifícios, com volumetria e fachadas regulares e arcadas no piso térreo, têm uma arquitectura simples, tradicional da região saloia. De acordo com as inscrições colocadas na fachada das casas, a construção terá sido feita a expensas dos círios.

O carácter de sóbria monumentalidade resulta da forma como todo o conjunto foi projectado no espaço, criando, através do jogo de linhas contínuas definidas pelas arcarias, convergentes para o ponto de fuga centrado na igreja.

1.3. Círio do Cabo

A confraria de Nossa Senhora do Cabo foi instituída em 1432, embora os estatutos só tenham sido aprovados em 1672 (Leal 1873, 9, p. 136), sendo o respectivo compromisso (transcrito in Santos 1857, p. 42 e segs.) sido confirmado, primeiro, por Bula do Núncio apostólico em Lisboa, Francesco Ravizza, e, posteriormente, por Provisão do Cardeal D. Luís de Sousa.

À confraria, incumbia a responsabilidade de organizar o Círio. Frei Cláudio da Conceição, espelhando a narrativa da visão da luz e do achamento da imagem atribui a fundação da confraria à iniciativa de dois romeiros que, no regresso do santuário:

"se inflammárão nos desejos de que todos fossem louvar a Mãe Santissima, e conferindo entre si o modo de o conseguirem, resolvêrão fallar aos seus naturaes para concorrerem a hum fim tão justo, e augmento do culto da Senhora; e na verdade o seu zelo surtiu o

desejado effeito, instituindo-se nestas duas Freguezias, (que são as primeiras do giro) o seu Cirio e Romaria". (Conceição 1817, pp. 31–32)



Figura 6: Círio do Cabo (painel 7). Painel de azulejo azul e branco, século XVIII

Este terá sido o primeiro círio a organizar-se como "giro" (Penteado 1998, p. 107), ou seja, com uma itinerância efectuada entre várias freguesias, cada uma das quais, segundo uma ordem previamente determinada, assumia a obrigação de organizar o culto e a deslocação anual ao santuário durante o calendário estabelecido. A peregrinação fazia-se inicialmente a 15 de Agosto, festa da Assunção, e passou depois para 8 de Setembro, festa da Natividade da Virgem (Pato 2008, p. 122) celebrando-se atualmente em finais deste mês.

Os giros ao Cabo tiveram início apenas com freguesias da Caparica, alargando-se depois à zona de Lisboa. Nas *Memorias sobre a antiguidade das Romarias* (Santos 1857, pp. 35–36), são referidos oito Círios: o primeiro é o de Nossa Senhora do Monte da Cade Monte da Caparica, enquanto Alcabideche é a primeira das do Giro do Termo; o segundo "he o chamado do Termo, ou dos Saloios" (*id.*, p. 36); o terceiro, de Arrentela e Seixal; o quarto, de Almada; o quinto, de Lisboa; o sexto, de Palmela; o sétimo, das vilas de Azeitão e Sesimbra; o oitavo, o dos termos destas vilas.

O Círio do Termo, ou dos Saloios conheceu várias oscilações na sua composição até se fixar em 26 freguesias: Alcabideche, Carnaxide, Tojalinho, S. Pedro de Sintra, Belas, Loures, Carnide, Barcarena, Lousa, Santo Antão do Tojal, Oeiras, Benfica, São Domingos de Rana, São João das Lampas, Montelavar, Rio de Mouro, Belém, Cascais,

Odivelas, S. Martinho de Sintra, Almargem do Bispo, Santo Estêvão das Galés, Igreja Nova, Terrugem, Fanhões, Santa Maria e São Miguel de Sintra. Cada freguesia era obrigada a promover e a custear os festejos a cada 26 anos, consoante o ciclo do giro, celebrando a entrada e a saída das respectivas insígnias (Teixeira 1993, p. 105). Outras freguesias que integraram o Círio foram: a de Santa Maria dos Olivais, que participou uma única vez, em 1704; a de Bucelas, que abandonou em 1709; a de Unhos, que abandonou em 1711; a de Arranhol, em 1716; e a de Santo André de Mafra, em 1722 (*cf.* Santos 1857, p. 36).

Em regra, os rituais específicos dos Círios do Cabo incluem: a partida para o santuário antes da festa; as solenidades no santuário, incluindo o cortejo e os rituais da chegada, com três voltas em torno da igreja num ato de apropriação do espaço sagrado (Pato 2008, p. 165), a missa votiva e a procissão; a música do gaitero e as loas, geralmente em quadras de redondilha maior, cantadas ou declamadas pelos "anjos" durante a cerimónia da entrega das insígnias. Os anjos, trajados como soldados romanos, reproduziam a iconografia barroca do arcanjo São Gabriel (Pato 2008, p. 26). As loas, com títulos como *Vozes affectuosas na trasladação que faz o cirio* (1812), são uma das marcas mais relevantes do Círio, numa expressão dos sentimentos de tristeza, por parte da freguesia que passava o testemunho, e de alegria e expectativa por parte daquela que o recebia.

O Círio do Termo tinha um ritual próprio, embora muito idêntico ao dos restantes:

Nos primeiros Giros, o Cirio do Termo fazia a sua entrada no Sitio do Cabo ao som de trombetas e atabales [...] Os Festeiros com o seu Parroco [*sic*], e o Povo que seguia o Cirio ião logo render acções de graças á Santissima Virgem, collocavão a Bandeira que os tinha guiado, ao lado do seu Altar em quanto se ordenava huma devota Procissão, ao uzo, e costume muito antigo, levando a Imagem da Senhora até a Cruz, chamada de pregação, e ahi havia Sermão, e depois voltando para a Egreja começavão as Vesperas. No Domingo de manhã fazião outra Procissão mais longe, que chegava a hum Cruzeiro collocado ao pe do poço, e tornando para a

Egreja, entravão á Missa com toda a solemnidade, e pregação. (Santos 1857, p. 40)

O Círio, no seu início, transportava uma bandeira que saía de uma freguesia e se deslocava ao Cabo, onde o testemunho era passado à freguesia seguinte. Em 1751, os romeiros da freguesia de São João Degolado da Terrugem ofereceram uma imagem peregrina. A partir daí, a bandeira passou a ser acompanhada por esta imagem (Leal 1873, p. 139), solenemente transportada numa berlinda. No entanto, a ida ao Cabo deixou de realizar-se em 1887, passando o transporte da imagem a fazer-se de freguesia para freguesia, sem passagem pelo Cabo.

De resto, a cronologia do Círio é marcada por continuidades e descontinuidades que reflectem o contexto histórico do país.

Durante o reinado de D. João I, no século XV, a zona sul foi poupada às pestes que assolaram o país, ao que se acreditava, por intercessão da Virgem do Cabo, aumentando a popularidade do culto e da peregrinação (Ferreira e Cabaça, 2011; Costa, 1899).

No século XVIII, o ouro do Brasil propiciou uma época de prosperidade económica e de afirmação do poder real, o que se reflectiu na grande campanha de obras implementadas no santuário e que se prolongaram até ao reinado de D. José, incluindo, não só a construção de um novo templo, mas também a construção de um aqueduto com casa de água e uma horta e a reorganização do espaço fronteiro à igreja com a construção de duas fiadas de habitações para os romeiros, numa arquitectura barroca, monumental e cénica. Registam-se, como excepcionais, os círios de 1770 e de 1784, a que assistiram, respectivamente, D. José e D. Maria, com as respectivas cortes, e que foram pretexto para grande volume de encomendas e obras, nomeadamente, de berlindas processionais, além da oferta de espectáculos de touros e enormes bodos aos romeiros. Por ocasião do círio de 1770, o rei dotou o tesouro com jóias para a imagem, alfaias de prata e paramentos bordados por José Camanha, bordador da casa real.

A imagem foi sendo objecto de sucessivas ofertas régias de coroas e ramos de ouro com pedras preciosas e mantos ricamente bordados a ouro:

Tem a Senhora muitas joias, entre ellas, um ramo de jasmims, de brilhantes, com as folhas de esmeraldas – duas corôas de ouro, cravejadas de brilhantes: ambas estas joias, dadas por D. José I. – Tem mais, um ramo de brilhantes e um manto bordado a ouro, dados por D. Maria – um manto branco, bordado a ouro, também dado por D. José – um manto azul, bordado a ouro, dado pela rainha D. Carlota Joaquina [...]. (Leal, 1873, pp. 137–38)

O tesouro incluía, ainda, alfaias litúrgicas em prata e prata dourada e outros objectos em ouro e pedras preciosas (Leal, 1873, p. 139) das ofertas e ex-votos em agradecimento e homenagem à Virgem (Teixeira, 1993, p. 106). Este tesouro é conferido de cada vez que há um círio e dele se faz uma ata na paróquia onde chega, dando origem ao dito popular: "eu sou como a Senhora do Cabo, tudo o que tenho, trago".

A introdução da berlinda processional, um carro de aparato "sempre de decoração elaborada e que incluíam um habitáculo envidraçado para transportar a imagem, ou maquineta" (Pato 2008, p. 197), complexificou o ritual de transmissão das insígnias, e levou ao desenvolvimento dos cortejos de entrada, com grande número de cavaleiros e pajens, tornando-se um "símbolo máximo de luxo e ostentação nos círios" (Pato 2008, p. 197).

O primeiro período de declínio ocorreu no início do século XIX, na sequência das invasões francesas, em 1807,



Figura 7: Círio do Cabo. In *O domingo ilustrado: Noticias & actualidades graficas, teatros, sports & aventuras, consultorios & utilidades*, ano 3, n.º 141 (25 Set. 1927), p. 1.

altura em que o tesouro foi delapidado, e da ida da corte para o Brasil, e em 1834, com a extinção das ordens religiosas, embora Pinho Leal firme que "A devoção para com a Santíssima Virgem da invocação de Senhora do Cabo, não tem esfriado, apesar da descrença do século, e dos furibundos sermões e diatribes dos homens sem fé; e as festas da Senhora continuam a ser tão esplendidas e concorridas como antigamente" (Leal, 1873, p. 140).

A partir de 1887, o Círio deixou de ir em peregrinação ao Santuário do Cabo e a entrega das insígnias passou a realizar-se no próprio território das freguesias (Pato, 2008, p. 112).

No âmbito adverso da implantação da República, o Círio do Cabo, tal como a maioria dos círios, foi suspenso entre 1911 e 1925. O mesmo aconteceu depois, na sequência da Revolução de Abril, entre 1974 e 1978. Em 1979, freguesia de São Martinho de Sintra retomou a prática do Círio (Pato 2008, p. 247), a qual se mantém activa desde então, com a passagem das insígnias no território da própria freguesia e a obrigação da ida ao Cabo no ano em que se cumpre o giro.

Além deste, há notícia de "Outros Círios, que segundo o antigo costume sempre festejarão Nossa Senhora do Cabo" (Conceição 1817, pp. 52–54). Entre estes, regista-se o de Palmela e o de Sesimbra que continuaram a realizar-se até à actualidade, mantendo muitos dos procedimentos antigos (*cf.* Marques, 2007): a partida, com roupas, utensílios domésticos e mantimentos; as três voltas iniciais em torno do cruzeiro; a distribuição das chaves das casas e respectiva limpeza; o cumprimento das mulheres à "Dona da casa", que consistia na ida à igreja para rezar; o arranjo da igreja e do andor da Senhora do Cabo; o baile e os fados; no dia da festa, a alvorada de foguetes, a missa seguida de procissão, que passava junto às casas até à Ermida da Memória, onde se fazia uma paragem, e voltava pelo cruzeiro, parando depois junto à porta da igreja, onde se fazia a cerimónia de despedida; no final da peregrinação, novamente, três voltas em torno do cruzeiro. Eram também usuais, o ritual da "lavagem da cara", com um sentido lustral, o ritual de iniciação aos que participavam pela primeira vez na peregrinação, a "arrematação das bandeiras" ou um peditório para suportar as despesas, bem como os bailes, garraíadas, representações teatrais e jogos populares.

2. A requalificação do lugar e a persistência do culto

2.1. Requalificação e adaptação do santuário

O conjunto da igreja de Nossa Senhora do Cabo, casa dos círios e terreiro foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37728, de 5 de Janeiro de 1950, tendo sido decretado zona "*non aedificandi*", pela Portaria, n.º 280, de 29 Novembro 1963. Durante a década de 1960, foram feitas obras pontuais e urgentes de consolidação do edificado, denunciando a necessidade de uma actuação de restauro mais global e articulado. Nesse sentido, em 1968, um grupo de arquitectos, encabeçados por Francisco Keil do Amaral, elaborou um projecto de recuperação de todo o conjunto. Os trabalhos tiveram início, mas avançaram de forma sincopada ao longo das décadas seguintes. Em 25 de Julho de 1986, um despacho conjunto do Ministro da Educação e Cultura, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e do Secretário de Estado do Turismo, criou um grupo de trabalho com representantes técnicos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), do Instituto Português do Património Cultural, da Direcção-Geral de Turismo e da Enatur, com o objectivo de estudar e avaliar o projecto de arquitectura de Keil do Amaral. O relatório final deste grupo previa que a ala sul, mantendo algumas habitações permanentes, fosse restaurada de forma a permitir a instalação dos serviços da Confraria do Cabo Espichel, uma hospedaria para acolhimento dos peregrinos e uma zona de serviços, enquanto, na ala norte, seria instalada uma pousada, além de oficinas de artesanato, um auditório público e um museológico. No entanto, a execução destes projectos foi dificultada pela inexistência de acordo com a Confraria, proprietária do espaço. A situação foi resolvida, em 1997, com a assinatura de um protocolo entre a Confraria e o Estado, que se tornou proprietário da ala norte, tendo como contrapartida a manutenção da ala sua e a recuperação de todo o santuário. Foi, assim, retomado o projecto de Keil do Amaral para a transformação da ala norte numa pousada, ampliada até ao limite norte da igreja, e que ficará integrada na rede da Enatur e que passa a ser responsável pela gestão integral do complexo. Ao Estado, competia assegurar o apoio técnico à reabilitação e, à Câmara Municipal de Sesimbra, a manutenção e melhoria das infra-estruturas urbanas. Não obstante, as intervenções de que o conjunto foi sendo alvo,

com obras literalmente de fachada, não evitaram o estado de degradação das instalações, para lá das portas e janelas entaipadas nas alas das hospedarias.

Em Dezembro de 2016, o Governo, numa iniciativa conjunta dos ministérios da Economia, Cultura e Finanças, lançou o projecto "Revive" para recuperar e valorizar património histórico através do turismo: um conjunto de monumentos, como mosteiros, conventos, castelos e fortes, em processo de degradação ou de difícil gestão e rentabilização, seriam objecto de concurso público para passar a respectiva concessão a grupos privados. Com um apoio financeiro específico, gerido pelo Turismo de Portugal, é transferida, para os privados, a responsabilidade pela reabilitação e pela manutenção dos edifícios, mas também a obrigação de proceder à respectiva utilização e abertura ao público. Ou seja, o Estado mantém a propriedade dos edifícios e concessionaria a sua exploração turística a privados, com a contrapartida da respectiva recuperação, o que permitirá uma maior fruição desses espaços. Esta proposta está de acordo com o disposto na *Carta de Veneza*: "A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afetação é, pois, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios". (ICOMOS, 1964)

O santuário do Cabo faz parte do núcleo inicial dos monumentos abrangidos pelo projecto "Revive". A área a afectar à utilização turística é a ala norte das antigas hospedaria, sem comprometer a estrutura monumental e a respectiva espacialidade. A ala sul, propriedade da Igreja, que se encontra quase integralmente encerrada e num estado de visível degradação, deverá manter a funcionalidade religiosa de apoio aos peregrinos, numa altura em que o Círio também parece revitalizar-se.

2.2. Círio do Cabo 2017

A freguesia de Carnide integra-se neste Círio, como atestam os apontamentos sobre as caminhadas dos círios que, em 1811, "Loures conduz a imagem do Cabo, festeja-a e entrega-a a Carnide" (Vasconcelos, 1985, p. 321) e, dois giros depois, quando "em 1864 Carnide leva a bandeira para o Cabo e entrega-a a Barcarena, Barcarena recebe de Carnide a bandeira no cabo, e condu-la à sua freguesia" (Vasconcelos, 1985, p. 322). A presença de Carnide nestes giros é também documentada pelas loas *Vozes affectuosas (Vozes Affectuosas Na Trasladação Que*

Faz o Círio Da Freguezia de S. Lourenço de Carnide Da Milagrosa Imagem de N. S. Do Cabo Para a Sua Igreja 1812; Vozes Affectuosas Com Que Os Tres Anjos Convidão Os Moradores de Carnide a Virem Acompanhar e Adorar a Virgem Senhora Do Cabo, n. d.) e Hymnos sagrados (Cascaes, 1863), que iniciam com uma exortação:

Exulta Carnide. Victória, Victória!
Findára-se o tempo d'amarga saudade.
Após anos tantos, volvidos em trevas,
Já dias apontam de mór claridade [...]. (Cascaes, 1863)

Esta loa, recitada por três anjos, evoca ainda os 26 anos de espera, período em que a população de Loures ficaria "oprimida e saudosa da imagem" depois de a entregar Carnide.

Em 2017 acontece, novamente, a transição do Círio entre Loures e Carnide. Loures recebeu a imagem da Senhora do Cabo a 1 de Outubro de 2016, na paróquia de Belas. As loas foram cantadas na igreja de S. Pedro em Belas e à chegada a Montemor que marca a entrada da imagem na freguesia de Loures, acompanhada por um cortejo que incluía uma comitiva a cavalo e em charretes, e, novamente, junto aos Bombeiros de Loas, onde se iniciou o Círio a pé até à igreja matriz. Durante o tempo de permanência em Loures, a presença da Senhora do Cabo foi pretexto para uma série de eventos, articulando o sagrado e o profano: itinerância da imagem pelas igrejas da freguesia, eventualmente, coincidindo com as festas dos respectivos patronos. No dia 26 de Março, Domingo, Loures cumpriu a peregrinação ao Cabo Espichel, retomando a tradição interrompida em 1887: os peregrinos partiram na véspera, a pé, cumprindo aproximadamente o antigo itinerário com a travessia do rio em Belém, e dormiram na Charneca de Caparica, por ser o lugar das antigas quintas onde os peregrinos costumavam pernoitar; no domingo, partiram para o Cabo, onde se juntaram aos peregrinos que acompanhavam a imagem, transportada numa camioneta.

A transferência para Carnide coincidiria com o final das festas em honra de Nossa Senhora da Luz, mas, tal não aconteceu por decisão da autoridade religiosa, mas também porque a comunidade local se identifica com a festa de Nossa Senhora da Luz que radica em fenómenos e manifestações culturais muito idênticos entre si. "In

Carnide, which is included in the *giro* far from its beginnings, the mark of the *círio* was supplanted by the local relevance of the feast of the Light" (Roque e Forte, 2017, p. 380). Face à excentricidade do *círio* e à sazonalidade do *giro*, o culto a Nossa Senhora da Luz, em Carnide, é contínuo, a imagem permanece na igreja e sai em procissão anualmente, numa romaria que também se realiza no final de Setembro, coincidindo com o fim da feira e das festas do bairro, num registo, simultaneamente, religioso e profano, que sublinham a identidade do lugar (*id. ibid.*).

Face à recusa de Carnide, o *giro* passou para a freguesia de Arranhó, que fizera parte do grupo inicial de 30 freguesias, mas havia abandonado o *giro* em 1716 (Santos, 1857, p. 132). evidenciando novas alterações no *giro* e no *círio*, mas também a sua vitalidade.

A dupla conjuntura da requalificação do espaço do santuário e da reformulação das freguesias que integram o *Círio* configuram uma nova fase no culto a Nossa Senhora do Cabo. Os peregrinos vão repartir o espaço do santuário com a presença de um turismo laico, que, por um lado, vai alterar o sentido intrínseco do lugar, mas, por outro, irá permitir a manutenção do conjunto arquitectónico, ainda que adaptado às novas contingências de utilização. No que respeita ao *giro*, regista-se uma crescente apropriação dos aspectos exteriores do culto pela autoridade civil, autárquica, acrescentando-lhe uma componente profana, a qual, em última instância, lhe assegura a continuidade.

Na teoria das religiões, é consensual o conceito da mudança, mesmo mantendo o eixo da tradição dogmática. Cruzando religião e cultura, sublinha-se o mesmo princípio de contínua transformação: "Culture must be continuously produced and reproduced by man. Its structures are, therefore, inherently precarious and predestined to change" (Berger, 1990, p. 6). Nesse sentido, as transformações assinaladas ou pressentidas em torno deste culto, eliminando ou alterando alguns aspectos formais ou de sentido, podem ser entendidas, não como ameaça, mas como um processo essencial à sua continuidade e persistência.

Referências bibliográficas:

- Álvaro, Alexandre Borges. 2010. "Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Sentido para um Restauro." Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Acedido em <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4694>
- Berger, Peter L. 1990. *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*. New York: Anchor Books.
- Bluteau, Rafael, e António de Morais Silva. 1789. *Diccionario da Lingua Portuguesa, Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva ...* Lisboa: Oficina de S. T. Ferreira.
- Carvalho, António Rafael. 2009. "A Antiguidade Tardia e a Islamização na Costa Sesimbrense." In *O Tempo Do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, editado por Calado Manuel, Gonçalves Luís, Francisco Rui, Alvim Pedro, Rocha Leonor, e Fernandes Rosário, pp. 172–91. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Cascaes, Joaquim da Costa. 1863. *Hymnos Sagrados... na Recepção da Milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Cabo e sua Condução á Freguezia de S. Lourenço de Carnide, em Maio de 1863: Loas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Chélini, Jean, e Henry Branthomme. 2008. *Les Pèlerinages dans le Monde, à Travers le Temps et l'Espace*. Paris: Éditions A. et J. Pickard.
- Chevalier, Jean, e Alain Gheerbrant. 1990. *Dictionnaire des Symboles Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*. Éd. revue. Paris: Laffont.
- Coelho, António Borges. 1994. "O Domínio Germânico e Muçulmano." In *O Livro de Lisboa*, editado por Irisalva Moita, pp. 75–88. Lisboa: Livros Horizonte.
- Conceição, Cláudio da. 1817. *Memória da Prodigiosa Imagem da Senhora do Cabo: Descrição do Triunfo com que os Festeiros, e Mais Povo de Benfica a Conduziram à sua Parochia em 1816, para a Festejarem em 1817*. Lisboa: [s. n.].
- Costa, Diogo Francisco Piedade. 1899. *A Luz de Portugal: História de Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: Typ. da Comp. Nac. Ed.
- Dias, José de Oliveira. 1956. "Notre Dame Dans la Piété Populaire Portugaise." In *Maria: Études sur la Sainte Vierge*, editado por Hubert du Manoir, pp. 611–46. Paris: Beauchesne.

- Fernandes, José Manuel, e Maria de Lurdes Janeiro. 1991. *Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- Ferreira, Alcino, e Ana Cabaça. 2011. "Santuário de Nossa Senhora Do Cabo Espichel." *Revista Arquitectura Lusíada*, no. 3, pp. 41–48.
- Freire, João Paulo. 1926. *Lôas e Círios no Concelho de Mafra: O Círio de Todos os Santos e o Círio da Senhora da Nazareth*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Gandra, Manuel J. 2004. *Círios de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Aspectos Míticos Simbólicos*. São Martinho: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espiche.
- Guimarães, José Ribeiro. 1872. *Summario de Vária História: Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*. Vol. 1. [Lisboa]: Rolland & Semiond [distrib.].
- ICOMOS. 1964. "Venice Charter (Versão Portuguesa)." Veneza. Acedido em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>
- Junqueira 220. 2002. "Igreja do Cabo Espichel: Recuperação de um Interior." *Monumentos*, no. 16, pp. 123–27.
- Leal, Augusto de Pinho. 1873. *Portugal Antigo e Moderno : Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias*. Vol. 9. Lisboa: Livr. Ed. de Mattos Moreira.
- Lockley, Martin G., Christian A. Meyer, e Vanda Faria dos Santos. 1994. "Trackaway Evidence for a Herd of Juvenile Sauropods from the Late Jurassic of Portugal." *Gaia*, no. 10, pp. 27–35. Acedido em http://www.cm-sesimbra.pt/geocircuito/wp-content/uploads/2013/12/1994-Lockley-et-al-Gaia10_herd.pdf
- Manuel, Calado, Gonçalves Luís, Francisco Rui, Alvim Pedro, Rocha Leonor, e Fernandes Rosário. 2009. *O Tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Marques, Luís. 2007. *O Paraíso "no Fim do Mundo": O Culto de Nossa Senhora Do Cabo*. Lisboa: Sextante.
- Pato, Heitor Baptista. 2007. "O Culto a N. Sra. do Cabo: Seis Séculos de Devoção e

- Festa." In *O Giro de Nossa Senhora do Cabo e as Berlindas Processionais*, pp. 12–39. Lisboa: Museu Nacional dos Coches.
- . 2008. *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*. Lisboa: Artemágica.
- Penteado, Pedro. 1998. *Peregrinos da Memória: O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, 1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.
- Pereira, Fernando António Baptista. 2014. "O Santuário do Cabo Espichel: A Lenda, o Espírito do Lugar e o Modo de os Dar-a-Ver." *Revista Santuários, Cultura, Arte, Romarias, Paisagens e Pessoas* 1 (1), pp. 116–25.
- Pereira, Paulo. 2004. *Lugares Mágicos de Portugal: Cabos do Mundo e Finisterras*. Vol. 5. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- Roque, Maria Isabel Rocha, e Maria João Forte. 2017. "The Festivities of the Light of Carnide: A Persistent Authenticity." In *Sharing Cultures 2017: Proceedings of the 5th International Conference on Intangible Heritage, 2017*, editado por Sérgio Lira, Rogério Amoêda, e Cristina Pinheiro, pp. 375–83. Barcelos: Green Lines Institute for Sustainable Development.
- Santa-Maria, Agostinho de. 1707. *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s Milagrosas de Nossa Senhora, e das Milagrosamente Aparecidas, em Graça dos Prêgadores, & Dos Devotos Da Mesma Senhora...* (t. 2). Lisboa: na Oficina de Antonio Pedrozo Galrao.
- Santos, Francisco Ildefonso dos. 1857. *Memórias sobre a Antiguidade das Romarias, e da Romaria ao Sitio de Nossa Senhora Do Cabo [Manuscrito]*.
- Serrão, Eduardo Cunha, e Vítor Serrão. 1997. *Sesimbra Monumental e Artística*. 2.^a ed. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Teixeira, Vasco Valadares. 1993. "Círios da Estremadura." In *Tradições*, editado por Joaquim Pais de Brito, pp. 103–113. Lisboa: Pomo.
- Vasconcelos, José Leite de. 1985. *Etnografia Portuguesa*. Vol. 9. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Vozes Affectuosas com que os Tres Anjos Convidão os Moradores de Carnide a Virem Acompanhar e Adorar a Virgem Senhora do Cabo*. n.d. Lisboa: Imp. Regia.

Vozes Afectuosas na Trasladação que Faz o Círio da Freguezia de S. Lourenço de Carnide da Milagrosa Imagem de N. S. Do Cabo para a Sua Igreja. 1812. Lisboa: Imp. Regia.

RESUMO

O Círio de Nossa Senhora do Cabo, ou Círio dos Saloios, é uma peregrinação feita anualmente, desde o século XV, entre a região saloia, nos arredores de Lisboa, até ao santuário do Cabo Espichel. Pretende-se analisar a forma como esta prática religiosa, a que se associam actividades profanas, tem evoluído e como é vivida na actualidade, identificando as motivações de quem o procura, entre a devoção e o lazer. Procura-se, ainda, compreender os efeitos do turismo no sentido do lugar, considerando a projectada reconversão das antigas hospedarias de peregrinos em unidade hoteleira. O estudo, de carácter qualitativo e descrito, baseia-se numa revisão da literatura a partir de fontes históricas, complementado com entrevistas não estruturadas e observações participantes. Na sequência da constatação da revitalização do culto, recuperando tradições abandonadas, enquanto outras se perdem ou são modificadas, conclui-se que a transformação do culto pode ser entendida como um factor que contribui para a sua continuidade.

Palavras-chave

Círio; círio de Nossa Senhora do Cabo (ou dos Saloios); culto mariano; peregrinação; turismo religioso

ABSTRACT

The *Círio* of Our Lady of the Cabo, also known as *Círio dos Saloios*, has been a pilgrimage since the XV century, far from the sanctuary at cap Espichel to the far away rural communities of the neighbouring diocese of Lisbon. It is intended to analyse how this religious practice, associated with profane activities, has been evolving through time and pilgrims are experiencing it, identifying their motivations, between devotion and leisure. An attempt is made to understand the effects of

tourism in the place perception, considering the projected reconversion of the old pilgrims' inns into a hotel unit. The qualitative descriptive research is based on a review of the literature, including historical resources, complemented with unstructured interviews and participant observations. Recognizing the religious cult's revival, which had been recovering abandoned traditions, while others are lost or modified, it is concluded that the transformation of the cult can be understood as a factor that contributes to its continuity.

Keywords

Círio of Our Lady of the Cabo (or *Círio dos Saloios*); Marian cult; pilgrimage; religious tourism; taper.

NOTA – As imagens que ilustram este artigo foram gentilmente cedidas pelas autoras.

